

## SUMÁRIO

Introdução.....	29
-----------------	----

### CAPÍTULO I – Do Estado

I.1 – Do conceito.....	33
I.2 – Do Estado brasileiro.....	40
I.3 – Da competência do Estado <i>lato sensu</i> .....	43

### CAPÍTULO II – Da Administração Pública

II.1 - A evolução da administração pública brasileira.....	50
II.2 –Dos princípios da Administração Pública.....	54
II.2.1 - Do princípio da legalidade.....	57
II.2.2 - Do princípio da impessoalidade.....	59
II.2.3 - Do princípio da moralidade.....	60
II.2.4 - Do princípio da publicidade.....	65
II.2.5 - Do princípio da eficiência.....	66
II.3 - Dos cargos, empregos e funções públicas.....	67
II.4 – Dos cargos em comissão e das funções de confiança.....	69
II.5 – Da contratação por tempo determinado.....	74

II.6 – Uma visão geral da probidade administrativa.....	76
II.7 - Do princípio da probidade.....	81
II.8 – Dos atos de improbidade administrativa.....	83
II.9 – Da representação pelos atos de improbidade administrativa.	85
II.10 – Os sujeitos do ato de improbidade administrativa.....	86
II.11 - Da responsabilidade e das sanções não penais decorrentes de atos de improbidade administrativa .....	87
II.12 – Os atos de improbidade administrativa de parlamentar	89
II.13 – Dos atos de improbidade administrativa do Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores, Prefeitos e Vereadores.....	105
II.14 – Da “Teoria do Órgão” .....	117
II.15 – A atuação dos órgãos do Ministério Público em prol da probidade administrativa.....	220

### CAPÍTULO III – Da Licitação

III.1 – Da licitação pública.....	131
III.1.1 - Finalidade da licitação.....	133
III.1.2 - Princípios do procedimento licitatório.....	133
III.1.3 - Entes que se submetem ao procedimento licitatório	135
III.1.4 - Pressupostos do procedimento licitatório.....	136
III.1.5 - Das modalidades de licitação.....	136
III.1.5.1 – Da carta-convite .....	136
III.1.5.2 – Da tomada de preços.....	137
III.1.5.3– Da concorrência.....	137
III.1.5.4 - Do concurso.....	138

III.1.5.5 – Do leilão.....	138
III.1.5.6 - Do pregão comum e eletrônico.....	138
III.1.6 – Tipos de licitação.....	141
III.2 – Da contratação sem licitação.....	143
III.2.1 - Licitação dispensável.....	144
III.2.2 – Licitação inexigível.....	202

## CAPÍTULO IV – Das Contas Públicas

IV.1 – Contas Públicas.....	208
IV.2 – Do princípio constitucional estruturante da Administração Pública e os princípios dele decorrentes .....	210
IV.3 - Dos princípios da Administração Pública sob outro enfoque .....	212
IV.3.1 - Do princípio da legalidade.....	218
IV.3.2 - Do princípio da impessoalidade.....	220
IV.3.3 - Do princípio da moralidade.....	221
IV.3.4 - Do princípio da publicidade.....	223
IV.3.5 - Do princípio da eficiência.....	225
IV.3.6 - Do princípio da transparência.....	227
IV.4 - Da importância e abrangência do princípio da transparência na atividade pública.....	232
IV.5 - Da insuficiência do princípio da publicidade na Constituição Federal, como princípio norteador da Administração Pública.....	237
IV.6 – Administração Pública e os Tribunais de Contas .....	246
IV.7 - A transparência da atividade pública e os Tribunais de Contas .....	254

IV.7.1 - Dos fins visados pela Constituição Federal de 1988.....	254
IV.7.2 - Histórico da fiscalização das Contas Públicas	259
IV.7.3 - Tribunais de Contas e natureza jurídica de suas decisões.....	261
IV.7.4 - Controle jurisdicional das decisões dos Tribunais de Contas.....	265
IV.7.5 - Tribunais de Contas e Poder Judiciário – Princípios Constitucionais de Fiscalização .....	268
IV.8 - O controle das contas da Administração Pública exercido pelos Tribunais de Contas e Conselhos de Contas Municipais .....	271
IV.9 – Da rejeição das contas públicas.....	297
IV.10 – Da eficácia plena e aplicabilidade imediata do disposto no artigo 71, §3º da Constituição Federal de 1988...	291
IV.11 - Da Lei da “Ficha Limpa” – Lei Complementar nº 135 de 4 de junho de 2010.....	295
IV.12 – Da responsabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público no controle das contas públicas .....	308
IV.13 – O controle administrativo exercido pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público .....	312
IV.14 – Da fiscalização das contas públicas pelo Poder Legislativo.....	335
IV.15 - Restos a pagar - uma interface necessária entre a lei de responsabilidade fiscal e a lei de improbidade administrativa .....	343
IV.15.1 – Introdução.....	343
IV.15.2 - A Constituição e a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	346
IV.15.3 – Restos a pagar.....	349

IV.15.4 - Improbidade administrativa.....	354
IV.15.4.1 - Lesão aos princípios da Administração Pública.....	356
IV.15.4.2 - Tipificação como conduta de improbidade administrativa.....	361
IV.15.4.3 - Casuística.....	365
IV.15.5 – Considerações finais.....	368

## CAPÍTULO V – Nepotismo

V.1 – Digressão histórica sobre o nepotismo.....	371
V.2 - Digressões filosóficas sobre o nepotismo.....	375
V.3 – Nepotismo cruzado.....	380
V.4 – Da necessidade ou desnecessidade de contratação sem concurso público.....	389
V.5 – Critérios para contratação sem concurso público e para contratação de cargos de confiança.....	390
V.6 – Loteamento dos cargos e funções públicas .....	397
V.7 – A importância da ética e da moralidade para a Administração Pública.....	404
V.7.1– A história da ética.....	404
V.7.2 – A probidade segundo as teorias éticas.....	407
V.7.3 – A questão da moral e da ética.....	407
V.7.4 – A “ética zetética” e a “ética dogmática” .....	411
V.7.5 – A “ética normativista” e o “individualismo”....	413
V.7.6 - A moral e a ética como freios à desobediência civil.....	414

VI – Conclusão.....	425
VII - Notícias e reportagens de revistas, jornais e sites relativos à Administração Pública. ....	427
VIII – Leis e decretos.....	441
IX – Jurisprudências e decisões administrativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	461
IX - Modelos de Peças Processuais .....	569
XI – Bibliografia.....	731
XII – Revistas e artigos.....	745
XIII – <i>Índice remissivo</i> .....	747